



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO

Luiz Carlos Pereira
Telefone: (65) 3613-7546 / 3613-7577
e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br

PROCESSO : 14.207-7/2018
ASSUNTO : CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2017
PRINCIPAL : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
RESPONSÁVEIS : ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO
DOMINGOS NETO
EDSON LUIZ ROBEIRO DE OLIVEIRA
ENÉIAS VIEGAS DA SILVA
ÉLIA MARIA ANTONIETO SIQUEIRA
ADVOGADO : NÃO CONSTA
RELATOR : CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS PEREIRA

RELATÓRIO

Tratam os autos das **Contas Anuais de Gestão do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso**, exercício de 2017, sob a responsabilidade do Sr. Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto (período de 01/01/2017 a 13/09/2017) e Sr. Domingos Neto (período de 14/09/2017 a 31/12/2017), submetidas à análise deste Tribunal de Contas, em razão da competência disposta no inciso II do art. 71 da Constituição da República, combinado com o art. 212 da Constituição Estadual e com o inciso II do art. 1º da Lei Complementar Estadual 269/2007 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas.

A Equipe de Auditoria da Secretaria de Controle Externo competente realizou análise das Contas Anuais de Gestão do órgão, em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis à Administração Pública, bem como aos critérios contidos na legislação vigente.

Consoante o disposto no artigo 6º, artigo 61, § 2º, da Lei Complementar nº. 269/2007, artigo 89, inciso VIII, artigo 140, da Resolução n. 14/2007 e mediante Ofícios nºs. 599 e 600/2017, o atual Gestor e o ex-Gestor do Tribunal de





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO

Luiz Carlos Pereira
Telefone: (65) 3613-7546 / 3613-7577
e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br

Contas do Estado foram notificados para conhecimento do Relatório Técnico de Auditoria (Doc. Dig. nº 162175/2018), do qual se extraem os seguintes dados:

2. RESPONSÁVEIS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

CONSELHEIRO PRESIDENTE	
Nome:	Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto
Período:	De 01/01/2017 a 13/09/2017

CONSELHEIRO PRESIDENTE	
Nome:	Domingos Neto
Período:	De 14/09/2017 a 31/12/2017

ORDENADOR DE DESPESAS – NOMEADO PELA PORTARIA Nº 148/2016	
Nome:	Enéias Viegas da Silva
Período:	De 01/01/2017 a 13/09/2017

RESPONSÁVEL CONTÁBIL	
Nome:	Edson Luiz Ribeiro de Oliveira
Período:	De 01/01/2017 a 31/12/2017

RESPONSÁVEL PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	
Nome:	Élia Maria Antoniêto Siqueira
Período:	De 01/01/2017 a 31/12/2017

Control-P – Relatório Técnico Preliminar.





3. RESULTADO DA ANÁLISE DOS ATOS GESTÃO

Com base em elementos de conhecimento prévio sobre o Tribunal de Contas e os critérios de materialidade de recursos, relevância social e riscos associados ao fiscalizados foram selecionadas as seguintes áreas de gestão nas quais recaíram as análises de auditoria.

3.1 Planejamento e orçamento

O orçamento inicial do Tribunal de Contas, para o exercício de 2017, aprovado pela Lei nº 10.515/2017, fixou a despesa no valor de **R\$ 350.239.646,64** (trezentos e cinquenta milhões, duzentos e trinta e nove mil, seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), incluindo o Ministério Público de Contas, distribuídos entre Recursos Ordinários do Tesouro Estadual e Recursos do FUNDECONTAS – Balanço Geral.

No exercício de 2017 foram abertos créditos adicionais suplementares no montante de **R\$ 44.474.233,59** (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e cinquenta e nove centavos). Desso modo, o total da despesa autorizada passou a ser de **R\$ 382.417.395,54** (trezentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e dezessete mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

A Unidade Técnica apontou que o valor do superávit financeiro do exercício de 2016 teria sido de **R\$ 15.797.402,89** (quinze milhões, setecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e dois reais e oitenta e nove centavos), resultante da diferença entre o Ativo financeiro (**R\$ 38.059.107,89**) menos o Passivo Financeiro (**R\$ 17.632.524,86**) e o valor dos Restos a Pagar não Processados (R\$ 4.629.180,11).

Desse modo, inicialmente, a SECEX afirmou que existiria erro na abertura de crédito suplementar no montante de **R\$ 32.177.748,90** (trinta e dois milhões, centos e setenta e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais e noventa





centavos), fundamentados no superávit financeiro do ano anterior (**irregularidade FB_03¹**).

Relatou que o valor de **R\$ 4.180.406,68** (quatro milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e seis reais e sessenta e oito centavos), oriundos do saldo de Restos a Pagar Não Processados (2016) deveriam ter sido considerados como créditos orçamentários por Anulação (2017), porém, equivocadamente, foram considerando como Superávit Financeiro do exercício anterior.

Além disso, afirmou que o TCE/MT também adicionou, equivocadamente, ao cálculo do Superávit Financeiro do exercício anterior, o valor de **R\$ 12.199.939,33** (doze milhões centos e noventa e nove mil, novecentos e trinta e nove reais e trinta e três centavos) que, segundo o Parecer do Controle Interno, corresponderiam ao ajuste da Fonte 100 para Fonte 300, relativo a folha de dezembro de 2016, repassada em janeiro de 2017.

3.2 Receita

A previsão da arrecadação da receita para o exercício de 2017 foi de **R\$ 350.239.646,64** (trezentos e cinquenta milhões, duzentos e trinta e nove mil, seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

O duodécimo repassado foi de **R\$ 314.911.932,89** (trezentos e quatorze milhões, novecentos e onze mil, novecentos e trinta e dois reais e oitenta e nove centavos) e foram arrecadadas receitas provenientes de aplicação financeiras, receitas patrimoniais no montante de **R\$ 2.292.521,94** (dois milhões duzentos e noventa e dois mil, quinhentos e vinte e um reais e noventa e quatro centavos), de outras receitas correntes no valor de **R\$ 2.428.155,99** (dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, cento e cinquenta reais e noventa e nove centavos) e do superávit financeiro do exercício anterior de **R\$ 11.307.371,63** (onze milhões, trezentos e sete mil, trezentos e setenta e um reais e sessenta e três centavos), totalizando a receita de

¹ **FB 03.** Planejamento/Orçamento Grave 03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, da Lei nº 4.320/1964).





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO

Luiz Carlos Pereira
Telefone: (65) 3613-7546 / 3613-7577
e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br

R\$ 326.219.304,52 (trezentos e vinte e seis milhões, duzentos e dezenove mil, trezentos e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Comparando-se os valores da receita prevista com relação a receita arrecadada, obteve-se os seguintes valores:

Fonte	Previsão (a)	Execução			Diferença (e=d-a)
		Arrecadada (b)	Restos à Pagar/16 (c)	Total (d=b+c)	
100/131	347.639.646,64	287.934.987,49	22.256.267,47	310.191.254,96	-37.448.391,68
201	2.600.000,00	4.715.240,43	5.437,50	4.720.677,93	2.120.677,93
TOTAL	350.239.646,64	292.650.227,92	22.261.704,97	314.911.932,89	-35.327.713,75

Conforme demonstrado no quadro acima, o repasse de duodécimo (fonte 100/131) para o exercício de 2017, quando comparado o valor previsto com o valor repassado se verificou que o valor repassado ficou abaixo do valor previsto, apresentando uma diferença a menor no montante de **R\$ 37.448.391,68** (trinta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, trezentos e noventa e um reais e sessenta e oito centavos), e uma diferença a maior que a prevista na Receita do FUNDECONTAS (fonte 201), no valor de **R\$ 2.120.677,93** (dois milhões, cento e vinte mil, seiscentos e setenta e sete reais e noventa e três centavos), totalizando uma arrecadação a menor no montante de **R\$ 35.327.713,75** (trinta e cinco milhões, trezentos e vinte sete mil, setecentos e treze reais e setenta e cinco centavos).

Ainda, de acordo com informações do Balanço Patrimonial, foram registrados Créditos a Receber a Curto Prazo no valor de **R\$ 99.028.138,69** (noventa e nove milhões, vinte e oito mil, centos e trinta e oito reais e sessenta e nove centavos), que se referiram a valores não repassados pelo Estado ao TCE/MT, sendo: **R\$ 46.249.569,20**, (quarenta e seis milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quinhentos e sessenta e nove reais e vinte centavos) correspondente a diferença de duodécimo e acréscimo da RCL decorrente do excesso de arrecadação/2016; **R\$ 336.273,27** (trezentos e trinta e seis mil, duzentos e setenta e três reais e vinte e sete centavos)





referente a Receita do FUNDECONTAS (Fonte 201/2016); **R\$ 51.848.229,01** (cinquenta e um mil, oitocentos e quarenta e oito reais e duzentos e vinte e nove reais e um centavo) relativo a diferença de duodécimo de 2017 e **R\$ 594.067,21** (quinhentos e noventa e quatro mil, sessenta e sete reais e vinte e um centavos) relativo a diferença do FUNDECONTAS (Fonte 201/2017).

3.2.1 Fonte de financiamento

Os recursos do Tribunal de Contas foram provenientes da Fonte 100/131 (Recursos Ordinários do Tesouro Estadual) e Fonte 201 (Fundo de Reaparelhamento do Tribunal de Contas). Dessa forma, no exercício de 2017, o total arrecadado pelo Tribunal de Contas foi no valor de **R\$ 314.911.932,89** (trezentos e quatorze milhões, novecentos e onze mil, novecentos e trinta e dois reais e oitenta e nove centavos).

3.2.2 Resultado da Arrecadação Orçamentária

O Quociente da Arrecadação da Receita (QAR) foi de **0,89 = R\$ 314.911.932,89** (Receita Arrecadada) / **R\$ 350.239.646,64** (Receita Prevista).

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 previsto foi arrecadado R\$ 0,89, resultando num **déficit de arrecadação**.

3.3 Despesa

No exercício de 2017, a despesa total empenhada totalizou em **R\$ 326.219.304,52** (trezentos e vinte e seis milhões, duzentos e dezenove mil, trezentos e quatro reais e cinquenta e dois centavos), a liquidada **R\$ 324.520.307,12** (trezentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e vinte mil, trezentos e sete reais e doze centavos) e a paga **R\$ 322.546.874,95** (trezentos e vinte e dois milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), conforme





Balanço Orçamentário – Anexo 12 da Lei 4.320/64 e Relatório FIP 613 - Demonstrativo da Despesa Orçamentária.

3.3.1 Despesas por ação

As despesas detalhadas por ação (programa e projeto/atividade), foram demonstradas da seguinte forma:

PROGRAMA Projeto/Atividade	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Pago
036 – APOIO ADMINISTRATIVO	56.448.937,37	47.728.708,12	47.631.218,12	47.444.237,16
32.146 – Fiscalização da Gestão dos Recursos Públicos	56.448.937,37	47.728.708,12	47.631.218,12	47.444.237,16
2002 – Fiscalização e Controle da Arrecadação e Aplicação dos Recursos Públicos	44.077.432,02	40.830.977,41	40.830.977,41	40.830.977,41
2053 – Aperfeiçoamento do Sistema de Controle Externo	600.000,00	307.963,00	307.963,00	288.097,04
4227 – Orientação e Capacitação de Integrantes da Unidade Gestora	501.416,91	455.276,76	455.276,76	455.276,76
4228 – Incentivos ao Controle Social	9.970.088,44	5.823.900,95	5.726.410,95	5.593.295,95
4386 – Aperfeiçoamento da Gestão do TCE – MT	1.300.000,00	310.590,00	310.590,00	276.590,00
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	291.475.536,56	257.870.746,41	256.839.464,94	256.388.536,89
122.36 - Apoio Administrativo	291.475.536,56	257.870.746,41	256.839.464,94	256.388.536,89
2005 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis	8.545.000,00	2.099.015,69	1.561.618,61	1.557.483,31
2006 – Manutenção de Serviços de Transportes	893.500,00	287.054,75	281.554,75	281.554,75
2007 – Manutenção de Serviços de Administrativos Gerais	99.893.962,80	73.313.272,06	72.856.433,77	72.409.641,02
2008 – Remuneração de Pessoal Ativo do Estado e Encargos Sociais	182.143.073,76	177.253.107,35	177.253.107,35	177.253.107,35
2009 – Manutenção de ações de informática	9.210.721,61	4.918.296,56	4.886.750,46	4.886.750,46
122.146 – Fiscalização da Gestão dos Recursos Públicos	7.233.000,00	6.412.304,04	6.370.647,85	6.370.647,85
4388 – Gestão do Desenvolvimento da Valorização de Pessoas	7.233.000,00	6.412.304,04	6.370.647,85	6.370.647,85
126.146 – Fiscalização da Gestão dos Recursos Públicos	17.984.200,00	14.162.901,66	13.634.331,92	12.301.176,92
4221 – Gestão da Tecnologia da Informação	17.984.200,00	14.162.901,66	13.634.331,92	12.301.176,92
846 - ENCARGOS ESPECIAIS	65.000,00	44.644,29	44.644,29	42.276,13
846.996 – Operações Especiais - Outras	65.000,00	44.644,29	44.644,29	42.276,13
8002 – Recolhimento do PIS-PASEP e pagamento de abono	65.000,00	44.644,29	44.644,29	42.276,13
TOTAL GERAL	382.417.395,54	326.219.304,52	324.520.307,12	322.546.874,95

Fonte: Anexo 6 - Programa de Trabalho (fls. 17/30 malotes digital n.º Documento: 63750/2018)

Pelo quadro acima, o maior dispêndio de recursos do TCE/MT, no exercício de 2017, foi com o Programa 0036 - Apoio Administrativo, onde foram utilizados recursos da importância de **R\$ 257.870.746,41** (duzentos e cinquenta e sete





milhões, oitocentos e setenta mil, setecentos e quarenta e seis reais e quarenta e um centavos), que correspondeu a **79,05% do total das despesas empenhadas**.

3.3.2 Quociente de realização de despesa (QRD)

O Quociente de Realização de Despesa (QRD) foi de **0,85 = R\$ 326.219.304,52** (Despesa orçamentária realizada) / **R\$ 382.417.395,54** (Despesa orçamentária prevista).

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 fixado/autorizado na lei orçamentária, foi arrecadado R\$ 0,85, demonstrando-se, assim, uma economia orçamentária de **R\$ 56.198.091,02** (cinquenta e seis milhões, centos e noventa e oito mil, noventa e um reais e dois centavos).

3.3.3 Quociente de resultado orçamentário (QRO)

O Quociente de resultado orçamentário (QRO) considerado pela Unidade Técnica foi de **1,013 = R\$ 330.709.335,78** (Receita orçamentária arrecadada) / **R\$ 326.219.304,52** (Despesa realizada).

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa realizada, foi arrecadado R\$ 1,01, significando, portando, a suficiência financeira para o pagamento de despesas realizadas, do seguinte modo:

ITEM	RECEITA		DESPESA	
	Prevista	Arrecadada	Autorizada	Realizada
Inicial	350.239.646,64	314.911.932,89	382.417.395,54	326.219.304,52
Saldo Exercício Anterior	0,00	15.797.402,89	0,00	0,00
Soma	350.239.646,64	330.709.335,78	382.417.395,54	326.219.304,52
Superávit	15.797.402,89			4.490.031,26
TOTAL	366.037.049,53	330.709.335,78	382.417.395,54	330.709.335,78

Comparando-se a receita prevista com a despesa autorizada, apurou-se *déficit* de previsão (*déficit* orçamentário) da importância de **R\$ 32.177.748,90** (trinta





e dois milhões, cento e setenta e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais e noventa centavos).

Esse resultado indicaria a abertura de crédito suplementar. Entretanto, como base no cálculo do *Superávit* Financeiro (2016) e no quadro de inconsistências retromencionados (subitem 3.1 do item 3), a SECEX sustentou a existência de incongruência no valor relativo ao *Superávit* Financeiro (2016).

Diante disso, a SECEX afirmou que, ao calcular o Quociente de Resultado Orçamentário (QRO), existiria erro no registro do valor do *superávit* financeiro na ordem de **R\$ 32.177.748,90** (trinta e dois milhões, centos e setenta e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais e noventa centavos), pois, de acordo com a Unidade Técnica, o valor correto do *superávit* financeiro de R\$ 15.797.402,89 (quinze milhões, setecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e dois reais e oitenta e nove centavo), (**irregularidade CB_02²**).

3.4 Licitação, dispensa e inexigibilidade

No exercício de 2017, esta Corte de Contas realizou a seguinte quantidade de procedimentos licitatórios:

Procedimento	Licitações Iniciadas	Finalizadas em 2017	Em andamento
Pregão Presencial e Eletrônico	13	10	03
Concorrência Pública	01	01	-
Inexigibilidade	12	12	-

3.5 Contratos, convênio e instrumentos congêneres

De acordo com informações prestadas pela Coordenadoria de Controle Interno foram celebrados 41 contratos, no valor total de **R\$ 12.471.771,34** (doze

² **CB 02.** Contabilidade Grave 02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (arts. 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976).





milhões, quatrocentos e setenta e um mil, setecentos e setenta e um reais e trinta e quatro centavos), e 38 termos aditivos e apostilamentos.

A Secretaria de Sistema de Controle Interno realizou auditoria interna na área de gestão de contratos e aditivos que tiveram por objetivo principal aferir e avaliar o atendimento Núcleo de Gestão de Contratos, Convênios e Parcerias, das normas legais e dos procedimentos de controle estabelecidos nas Instruções Normativas do Sistema de Compras e Aquisições.

3.6 Restos a pagar

A situação dos Restos a Pagar do exercício de 2017, de acordo com os Demonstrativos da Dívida Flutuante foram apresentados da seguinte forma:

Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento no Exercício		Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR				
Processados	12.451.848,72	1.842.593,70	12.451.848,72	1.842.593,70
De Exercícios Anteriores	12.451.848,72	0,00	12.451.848,72	0,00
Do Exercício	0,00	1.842.593,70	0,00	1.842.593,70
Não Processados	4.629.180,11	1.698.997,40	4.629.180,11	1.698.997,40
Do Exercício Anteriores	4.629.190,11	0,00	4.629.180,11	0,00
Do Exercício	0,00	1.698.997,40	0,00	1.698.997,40
SUBTOTAL (I)	17.081.028,82	3.541.591,10	17.081.028,83	3.541.591,10
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES				
Consignações	5.180.676,14	130.838,47	5.180.676,14	130.838,47
Consignações do Exercício	0,00	130.838,47	0,00	130.838,47
Consignações de RP Processados do exercício	5.180.676,14	0,00	5.180.676,14	0,00
SUBTOTAL (II)	5.180.676,14	130.838,47	5.180.676,14	130.838,47
TOTAL GERAL	22.261.704,97	3.672.429,57	22.261.704,97	3.672.429,57

Fonte: Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (fl. 37 - malote digital 6750/2018)

Os valores dos Restos a Pagar foram registrados por exercício e por credor, conforme determinado no artigo 92 da Lei nº 4.320/64 e foram devidamente suportados pelo saldo financeiro existente em 31/12/2017, no montante de **R\$**





11.748.800,30 (onze milhões, setecentos e quarenta e oito mil, oitocentos reais e trinta centavos), conforme registrado no Balanço Patrimonial.

Além disso, os pagamentos dos Restos a Pagar Não Processados e Processados obedeceram à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades em cada fonte de recursos, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada (artigos 5º e 92, da Lei nº 8.666/93 e DL nº 201/67).

No exercício, foram cancelados restos a pagar não processados, no valor de **R\$ 4.180.406,68** (quatro milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e seis reais e sessenta e oito centavos), assim como houve baixa de Consignações de RP Não Processados de **R\$ 5.913,21** (cinco mil, novecentos e treze reais e vinte e um centavos), devidamente justificados.

3.7 Disponibilidade

Conforme registrado no Balanço Financeiro, o saldo disponível para o exercício seguinte foi de **R\$ 11.748.800,00** (onze milhões, setecentos e quarenta e oito mil e oitocentos reais), condizente com o valor registrado no Balanço Patrimonial – Ativo Circulante – Caixa e Equivalente de Caixa.

DISCRIMINAÇÃO	TCE-MT	FUNDECONTAS	MPC	TOTAL
	Conta 134.544-3	Conta 134.545-1	Conta 30.000-4	
Saldo Extrato	1.969.268,48	4.136.710,76	5.653.040,00	11.759.019,24
(+) Crédito a Regularizar/ Depósito em trânsito	0,00	35.817,04	0,00	35.817,04
(-) Crédito a Regularizar Aplicação	13.138,50	0,00	22.678,54	35.817,04
(-) Ordens Bancárias não registradas	10.219,20	0,00	0,00	10.219,20
SALDO CONTÁBIL	1.945.910,78	4.172.527,80	5.630.361,72	11.748.800,30

Fonte: Extratos e Conciliações Bancárias e Demonstrativo Analítico de Contas Bancárias (fls127/143, malote digital nº 6750/2018).





As disponibilidades do Tribunal de Contas foram movimentadas em banco oficial (Banco do Brasil S/A), conforme determinado no §3º, do artigo 164, da CRFB/88, na Decisão Administrativa nº 02/93 e no Acórdão nº 1.513/97, ambos deste Tribunal.

Conforme Demonstrativo Analítico de Contas Bancárias, **R\$ 6.118.438,58** (seis milhões, cento e dezoito mil, quatrocentos e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos) foram da Unidade Gestora 001 – Tribunal de Contas e **R\$ 5.630.361,72** (cinco milhões, seiscentos e trinta mil, trezentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos) da Unidade Gestora 002 – Ministério Público de Contas.

3.8 Bens móveis e imóveis

De acordo com o Balanço Patrimonial, no encerramento do exercício foi registrado o valor de **R\$ 41.182.947,69** (quarenta e um milhões, cento e oitenta e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e nove centavos) de imobilizado.

Os móveis em uso foram identificados e codificados, contendo plaquetas de metal com o número do registro patrimonial. Existem Termos de Responsabilidade por Unidade Administrativa, constando: nome do bem, nº de tombamento e estado de conservação. Esses Termos foram assinados pelo líder do setor de Serviço Material e Patrimônio e quando se tratavam de notebook foram assinados pelos servidores que se responsabilizaram pela guarda e integridade dos bens.

Houve nomeação de Comissão de Inventário, Avaliação e Doação composta pelos servidores,.

Entretanto, foram detectada a existência de diversos bens sem data de aquisição e valores, razão pela qual a Comissão de Inventário, Avaliação e Doação (Portaria nº 053/2017) ficou impossibilitada de realizar o fechamento do inventário físico e financeiro dos bens patrimoniais até 31/12/2017.





3.9 Almoxarifado

O controle de estoque dos materiais de consumo foi realizado por meio do Sistema SIGESP-TCE/MT que registrou a entrada, saída, baixa, o valor unitário e/ou total de materiais no estoque.

De acordo com o Balanço Patrimonial, no encerramento do exercício, os materiais em estoque totalizaram **R\$ 342.724,84** (trezentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

3.10 Pessoal

O quadro de pessoal em dezembro de 2017 estava composto do seguinte modo:

SERVIDORES	Nº	PERCENTUAL/TOTAL
Efetivos / Estáveis – TCE-MT	282	40,93%
Efetivos / Estáveis do TCE-MT à disposição do MPC	2	0,29%
Efetivos / Estágio Probatório – TCE-MT	30	4,35%
Efetivos / Estáveis – MPC	8	1,16%
Efetivos / Estágio Probatório – MPC	15	2,18%
Efetivos / Estáveis ocupantes de cargos comissionados – TCE-MT	62	9,00%
Efetivos / Estágio Probatório ocupantes de cargos comissionados – TCE-MT	1	0,14%
Efetivos / Estáveis do TCE-MT ocupantes de cargos comissionados do MPC	4	0,58%
Comissionados – TCE-MT	196	28,45%
Comissionados – MPC	21	3,05%
Cargos Efetivos vagos – TCE-MT	45	6,53%
Cargos Efetivos vagos – MPC	19	2,76%
Cargos Comissionados vagos – TCE-MT	4	0,58%
Cargos Comissionados vagos – MPC	0	0,00%
TOTAL	689	100,00%

Fonte: Portal da Transparência

3.11 Limite de gastos com pessoal

A Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado, no exercício de 2017, foi de **R\$ 13.389.766.593,46** (treze bilhões, trezentos e oitenta e nove milhões, setecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e noventa e três reais e quarenta e seis centavos). Ao passo que a despesa com pessoal do TCE/MT perfaz o montante de **R\$ 134.785.429,93** (cento e trinta e quatro milhões, setecentos e oitenta e cinco mil,





quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e três centavos) e do MPC/MT o montante de **R\$ 8.906.265,09** (oito milhões, novecentos e seis mil, duzentos e sessenta e cinco reais e nove centavos).

De modo geral, a despesa com pessoal do órgão obedeceu ao limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a saber:

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR (R\$)	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO ESTADO – RCL (IV)	13.389.766.693,46	
DESPESAS COM PESSOAL	143.691.695,02	1,073
LIMITE MÁXIMO (incisos I, I e III, art. 20 da LRF)	164.462.781,35	1,230
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	156.239.642,28	1,169
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	148.016.503,21	1,107

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre republicado em 03/04/2018 – Diário Oficial de Contas

3.12 Previdência

De acordo com informações constantes nos balancetes mensais, o TCE/MT contribuiu para os Regimes Geral e Próprio de Previdência.

Houve desconto de contribuição previdenciária dos segurados. As quotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados foram repassadas à previdência geral e/ou própria. Também houve pagamento regular da contribuição previdenciária patronal à Previdência Geral, conforme Demonstrativo Analítico das Ocorrências Mensais às Contribuições RGPS-INSS e RPPS, tudo em atenção ao artigo 40 da Constituição Federal.

3.13 Adiantamentos e diárias





Conforme o FIP 004 – Demonstrativo Analítico das Ocorrências Mensais relativas à Adiantamentos, no exercício de 2017, foram concedidos adiantamentos para realização de despesas urgentes e de pequeno vulto, que totalizaram **R\$ 177.700,00** (centos e setenta e sete mil e setecentos reais), com as devidas prestações de contas ao Controle Interno (Resolução Normativa nº 25/2016).

Consoante o Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, foram concedidas diárias aos servidores no montante de **R\$ 1.575.536,02** (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil, quinhentos e trinta e dois reais e dois centavos) e os respectivos processos de prestações de contas foram elencados Controle Interno (Resolução Normativa nº 21/2017).

3.14 Prestação de contas

O processo de contas anuais foi formalizado com as informações e os documentos obrigatórios pela Lei nº 4.320/64.

3.15 Sistema de Controle Interno

A responsável pela Unidade de Controle Interno foi a Auditora Pública Externa, Sra. Élia Maria Antoniêto Siqueira, sendo que, dos exames realizados pela Secretaria de Sistema de Controle Interno, concluiu-se que: a) a execução orçamentária e financeira foi escriturada em conformidade com as normas previstas; b) os processos licitatórios, contratos, convênios, dispensas e inexigibilidades de licitação obedeceram à legislação vigente; c) as ocorrências constatadas em exames e auditorias foram objeto de recomendações/determinações, sem gravidade suficiente para comprometer a gestão; d) houve suficiência financeira para o pagamento dos valores inscritos em Restos a Pagar; e) a despesa com pessoal observou o limite máximo de 1,23% e o limite prudencial de 1,17%; f) os registros contábeis estão de acordo com a Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2016 e com a Portaria STN nº 840/2016; g) os registros e documentos examinados traduzem adequadamente a execução orçamentária, financeira e patrimonial do TCE/MT.





Durante o exercício de 2017 a Secretaria de Sistema de Controle Interno realizou três auditorias operacionais, sendo uma Auditoria Operacional na Gestão de Contratos e Convênios e uma Auditoria sobre Material de Consumo no Serviço de Material e Patrimônio.

O Processo nº 349.003/2017 teve como finalidade descrever as rotinas e os procedimentos de controle na área de Gestão de Contratos pelo Núcleo competente, bem como verificar a conformidade desses controles. O resultado desse processo de auditoria foi o seguinte:

- 1) atente para o controle de frequência de funcionários terceirizados no âmbito deste Tribunal de Contas;
- 2) oriente aos fiscais dos contratos para que seja observado o correto preenchimento das notas fiscais emitidas pelas empresas contratadas e, em caso de falhas, solicite a correção imediata;
- 3) antes de se realizar os procedimentos licitatórios seja observado se os Termos de Referência descrevem de forma clara e precisa o objeto da contratação, a forma da prestação dos serviços, bem como a forma de cálculo dos valores cobrados pela contratada;
- 4) seja observado que as notas fiscais decorrentes das contratações realizadas por este Tribunal sejam atestadas pelos fiscais de contratos formalmente designados;
- 5) desenvolva um novo modelo de relatório de fiscalização de contratos.

O Processo nº 358.355/2017, cujo objetivo foi o resultado do exame da execução do Convênio nº 03/2014/TCE-MT/FUFMT, período de 01/01/2017 a 31/08/2017, firmado entre a UFMT e o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, resultou nas seguintes recomendações:

- 1) oriente aos fiscais de Convênio que verifiquem todos os atestos dos relatórios de atividades, inclusive quanto à presença de letras ilegíveis, que impossibilitem a identificação dos responsáveis pelas assinaturas;
- 2) desenvolva novo modelo de relatórios de atividades que possibilite correlacionar os serviços prestados com as metas e submetas dos programas apresentados em Convênios que venham a ser celebrados pelo TCE-MT;
- 3) as prestações de contas mensais dos Convênios demonstrem corretamente as parcelas executadas das metas e submetas;
- 4) exija da Conveniente a apresentação de relatório de prestação de contas final, que deveria ser entregue até 30/09/2017.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO

Luiz Carlos Pereira

Telefone: (65) 3613-7546 / 3613-7577

e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br

O Processo nº 205.850/2017, cujo objetivo foi descrever as rotinas e os procedimentos de controle de materiais de consumo adotados pelo setor de Serviço de Material e Patrimônio, resultou nas seguintes recomendações:

- 1) as notas fiscais sejam atestadas pelo Coordenador do Núcleo e Gestão de Contrato, Convênios e Parcerias, antes do encaminhamento para a Secretaria Executiva de Orçamento, Finanças e Contabilidade, de modo a garantir que os serviços/materiais descritos no corpo da nota são, de fato, aqueles pactuados por meio dos contratos/ata registro de preços, bem como seja efetuado o controle do saldo das atas de registro de preços/contratos;
- 2) o funcionário responsável pela inclusão de dados no SIGESP-MT seja adequadamente treinado para a correta utilização do Sistema;
- 3) implante um adequado controle de acesso ao estoque do Setor de Serviço de Material, não permitindo a livre circulação de pessoas pelo local;
- 4) institua Comissão de Inventário, Avaliação e Doação com a finalidade de identificar e examinar os materiais de consumo obsoletos ou em desuso para fins de baixa patrimonial e realização de Inventário Anual;
- 5) mantenha controle efetivo do estoque, bem como registros atualizados, de modo a proporcionar informações oportunas e confiáveis acerca dos materiais de consumo deste Tribunal de Contas.

4. CONCLUSÕES DOS RELATÓRIOS TÉCNICOS E DAS DEFESAS

Após a análise das informações, dos demonstrativos contábeis e financeiros e dos documentos constantes desta prestação de contas, foi sugerida citação dos responsáveis para que apresentassem manifestação acerca das duas inconsistências apontadas, assim descritas:

Responsáveis: Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto, Domingos Neto, Eneias Viegas da Silva, Edson Luiz Ribeiro de Oliveira e Élia Maria Antoniêto Siqueira – Exercício de 2017

1. FB_03. Planejamento/Orçamento Grave 03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art.43, da Lei nº 4.320/1964).





1.1 - Erro na abertura de Créditos Suplementares no valor de R\$ 32.177.748,90, originados em suposto Superávit Financeiro do Exercício de 2016. Uma vez que o valor correto do Superávit Financeiro Exercício de 2016 foi de R\$ 15.797.402,89, esse foi o limite permitido para abertura de crédito suplementar. FB-03. Item 3.1. Planejamento e Orçamento.

CB 02. Contabilidade Grave 02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (arts. 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976).

2.1 - Erro no valor apresentado como Superávit Financeiro Exercício 2016 (R\$ 32.177.748,90), sendo o valor correto R\$ 15.797.402,89, fato que aumentou o valor do Quociente de Resultado Orçamentário (QRO). Item 3.3.3. Quociente de Resultado Orçamentário (QRO).

Os responsáveis foram devidamente citados, por meio dos Ofícios nº 1139, e 1140, 1142 e 1144/2018, para que tomassem ciência do Relatório Técnico Preliminar, elaborado pela SECEX e apresentaram suas defesas.

Em sede de defesa os responsáveis Élia Maria Antoniêto Siqueira e Edson Luiz Ribeiro de Oliveira alegaram que a equipe técnica, em relatório preliminar, considerou como Ativo Financeiro somente o saldo em Bancos, **R\$ 38.059.107,86**, não incluindo créditos a receber do Estado no valor de **R\$ 17.965.864,88** (diferença de duodécimo de 2016, não repassado pelo Estado, em virtude de arrecadação a maior que a prevista em 2016 – RCL/2016 maior).

Após a análise das defesas apresentadas, a Equipe Técnica detectou algumas inconsistências no cálculo realizado no Relatório Preliminar, motivo pelo qual refez os cálculos considerando os créditos de 2016 a receber e subtraindo os restos a pagar do passivo financeiro, chegando ao valor do Superávit Financeiro (2016) de **R\$ 37.943.674,45** (trinta e sete milhões, novecentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

Dessa forma, a Unidade Técnica concluiu que estava correto o cálculo do Superavit Financeiro (2016) realizado pelo TCE/MT. Portanto, não se sustentariam





os apontamentos das irregularidades relacionadas a abertura de crédito suplementar com base nesse *superávit* financeiro.

5. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O **Ministério Público de Contas**, por intermédio do Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho, emitiu o **Parecer nº 4.957/2018**, em consonância com o entendimento da Equipe Técnica, e manifestou-se:

- a) pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas anuais do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso com quitação plena, relativas ao exercício de 2017;
- b) pelo saneamento das irregularidades FB_03 e CB_02;
- c) pelo encaminhamento dos autos à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, para julgamento, nos termos do artigo 53 da Constituição do Estado de Mato Grosso.

É o relatório.

Tribunal de Contas, Cuiabá, 12 de fevereiro de 2019.

LUIZ CARLOS PEREIRA³

Conselheiro Interino

(Portaria 009/2017, DOC TCE/MT de 24/01/2017)

³Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006

